



INFORME JURÍDICO

ANO XXVI

INFORME DA ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES

13 / JUNHO / 2022

LEI PRORROGA INCENTIVO FISCAL A EMPRESAS EXPORTADORAS

Da Agência Senado | 09/06/2022, 13h26

Fabio Scremin/APPA

Senado prorroga 'drawback' até 2023; desoneração vale para exportadoras

Proposições legislativas

[Ler íntegra](#)

NOVA LEI PODERÁ AMPLIAR POSSIBILIDADE DE ACORDOS COM A FAZENDA NACIONAL

Texto, que depende só de sanção, aumenta desconto e prazo para pagamento de dívida
Por Beatriz Olivon — De Brasília

[Ler íntegra](#)

RECEITA ATUALIZA REGRAS PARA INTERPRETAÇÃO LEGAL E CLASSIFICAÇÃO DE MERCADORIAS

A nova norma prevê a possibilidade de corrigir problemas no processo de consulta e dispensa provisoriamente a necessidade de DTE para pessoas físicas

[Ler íntegra](#)

RECEITA CONSOLIDA LEGISLAÇÃO SOBRE SERVIÇOS DE PERÍCIA.

A iniciativa visa inserir o Brasil no cenário de países adaptados às melhores práticas aduaneiras internacionais.

[Ler íntegra](#)

RECEITA FEDERAL ALTERA PRAZO DE ALFANDEGAMENTO PARA ADEQUAÇÃO ÀS NOVAS EXIGÊNCIAS.

A alteração do prazo é para que os recintos cumpram os novos requisitos até 30 de novembro de 2022.

[Ler íntegra](#)

DÉBITOS ESTADUAIS

TIT-SP LIMITA APLICAÇÃO DE JUROS DE MORA À TAXA REFERENCIAL SELIC

Mudança, que ainda depende de aprovação, tem objetivo de acompanhar a jurisprudência consolidada no Judiciário

MARIANA RIBAS

[Ler íntegra](#)

SUPREMO LIMITA VOTOS DE INDICADOS DE BOLSONARO

Com nova regra, votos de aposentados não serão mais zerados

Por Luísa Martins — De Brasília

[Ler íntegra](#)

STF: DISCUSSÃO ENTRE MINISTROS EXPÕE FALTA DE ATENÇÃO A ADVOGADOS

Nem todos assistem às sustentações orais que são enviadas para os julgamentos no plenário virtual

Por Joice Bacelo

[Ler íntegra](#)

REVISÃO DA VIDA TODA

REVISÃO DA VIDA TODA: VOTO DE MINISTRO APOSENTADO PASSA A VALER EM CASOS DESTACADOS

Com nova regra aprovada pelo STF, voto do ministro Marco Aurélio a favor de aposentados fica mantido. Mudança afeta outros casos

KALLEO COURA

FLÁVIA MAIA

FELIPE RECONDO

[Ler íntegra](#)

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

PARCELAMENTO DE DÉBITO NÃO AFASTA OPÇÃO POR DESONERAÇÃO DA FOLHA

O parcelamento da contribuição previdenciária obrigatória não cancela o benefício de desoneração da folha de pagamento. Assim, a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região suspendeu uma multa de R\$ 16 milhões aplicada pela Receita Federal a uma empresa catarinense do setor de transportes.

[Ler íntegra](#)

CARF: AUDITORES NÃO DEVEM VOLTAR SEM ACORDO PARA REGULAMENTAÇÃO DE BÔNUS

Retorno à normalidade é condição para conselho retomar calendário completo das sessões de julgamento

Por Beatriz Olivon — Brasília

[Ler íntegra](#)

STF

STF: EMPRESAS DE TELEFONIA E ENSINO NÃO SÃO OBRIGADAS A ESTENDER PROMOÇÕES A CLIENTES ANTIGOS

Empresas alegavam que as leis estaduais feriam a livre iniciativa, a autonomia das instituições, entre outros pontos

FLÁVIA MAIA

[Ler íntegra](#)

STF: LIMINAR CONCEDE 90 DIAS DE CRÉDITOS DE PIS E COFINS SOBRE DIESEL

Para o ministro Dias Toffoli, medida majorou indiretamente carga tributária; decisão

irá a referendo no Plenário Virtual
Por Beatriz Olivon, Valor — Brasília

[Ler íntegra](#)

STJ

ROL TAXATIVO DA ANS: ENTENDA QUAIS SÃO AS EXCEÇÕES PREVISTAS NO JULGAMENTO DO STJ

Para ministro Villas Bôas Cueva, apesar de rol ser taxativo, não cabe exclusão tácita dos procedimentos

ERICK GIMENES

BELO HORIZONTE

[Ler íntegra](#)

TRABALHO

STF: SINDICATOS DOS TRABALHADORES DEVEM PARTICIPAR DE DEMISSÃO COLETIVA

Magistrados ponderam que não cabe aos sindicatos autorização prévia da demissão, trata-se de uma exigência procedimental

FLÁVIA MAIA

LUIZ ORLANDO CARNEIRO

[Ler íntegra](#)

NOVO MARCO REGULATÓRIO DAS ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO É CONTESTADO NO STF

O Partido Republicanos alega violação ao devido processo legal que envolve a conversão de medidas provisórias em leis.

[Ler íntegra](#)

AGUARDA SANÇÃO A DEVOLUÇÃO DE VALORES AO CONSUMIDOR NA CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Regina Pinheiro

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto do Senado (PL 1.280/2022) que estabelece regras para a devolução ao consumidor dos tributos recolhidos a mais pelas empresas de distribuição de energia elétrica. O ressarcimento deverá ser feito por meio de créditos na tarifa de energia. O texto aguarda sanção presidencial.

Proposições legislativas

PL 1280/2022

Fonte: Agência Senado

<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2022/06/aguarda-sancao-a-devolucao-de-valores-ao-consumidor-na-conta-de-energia-eletrica>

COMBUSTÍVEIS: RELATOR APRESENTA PROPOSTA DE REDUÇÃO DE ICMS COM COMPENSAÇÃO A ESTADOS

Anderson Vieira e Aline Guedes

Fernando Bezerra Coelho defendeu aprovação do projeto, afirmando que inseriu no texto medidas de compensação aos estados

Edilson Rodrigues/Agência Senado

[Ler íntegra](#)

ESPECIALISTAS DEFENDEM PROTEÇÃO DE DADOS PROCESSADOS POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Da Agência Senado

Seminário é promovido de forma remota por comissão de juristas que elabora proposta sobre regulação da IA

Roque de Sá/Agência Senado

[Ler íntegra](#)

PODERIA A MODULAÇÃO DE EFEITOS ATRAIR ASUCUMBÊNCIA DO CONTRIBUINTE?

Por Murilo Ariel Zenker Colomby

Tornou-se costumeira, notadamente em matéria tributária, a utilização do instituto da modulação de efeitos para mitigar os impactos econômicos de decisão que imponha ao Fisco o dever de restituir valores indevidamente pagos pelo contribuinte.

[Ler íntegra](#)

O Informe Jurídico é um informativo diário elaborado pela ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES contendo uma coletânea das principais notícias de interesse empresarial e da legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens um spam. "envio.advcbm.com.br".



Se você não deseja mais receber nossos e-mails, [cancele a sua inscrição aqui.](#)